

rais vigentes desde o final do governo de Sarney. As “caravanas da cidadania” levadas a cabo por Lula revelavam que amplos setores sociais marginalizados por essas políticas estavam disponíveis para uma alternativa de liderança nacional. Isso se refletia nos altos índices de apoio a Lula como candidato à presidência. Por outro lado, nos grandes centros urbanos, o sentimento insuportável da miséria, da insegurança, da violência, da decadência dos serviços públicos, somados à incompetência dos governos para dar combate à inflação, agregava um caudal de apoio por parte de grandes setores da classe média urbana, o que explicava aqueles altos índices de apoio a Lula nas pesquisas eleitorais.

O discurso da justiça social, por sua vez, embora não desconhecesse o problema inflacionário e a crise fiscal do Estado que o provocou, centrava-se na reversão das prioridades, colocando as questões sociais no posto de comando. Com isso, tinha dificuldades de ancorar-se na crise material do Estado, instrumento imprescindível para um eixo fundamental da democratização política — a deslocação da polarização neoliberal entre *estatal/privado* para a construção do caráter *público* do Estado brasileiro.

A subestimação da inflação pela esquerda foi resultado das políticas tradicionais (de caráter liberal na economia) que tomaram sempre a inflação como pretexto para impor políticas recessivas, em que o nível de emprego e o poder aquisitivo dos salários sempre pagaram o preço mais alto. A idéia de combate à inflação como primeira prioridade ficou assim prisioneira dessas artimanhas da ortodoxia liberal.

No entanto, ao longo da década de 80, quando a hegemonia do capital financeiro se impôs, o processo de acumulação de capital conseguiu conviver com altos índices inflacionários, pela própria indexação da economia imposta nos tempos da ditadura militar. Os mecanismos de defesa do capital e dos setores da alta esfera do consumo — os fundamentais como mercado — foram relegando para as classes populares os ônus da inflação — desgaste mensal e até diário dos salários — com todas as suas seqüelas.

O PT se defendia alegando que não poderia propor um plano eleitoral de combate à inflação, dado que sua análise remetia o fenômeno para causas estruturais que o geraram e o reproduziram. Que o término ou o controle da inflação dependem não apenas da superação do déficit público, mas também de uma renegociação das dívidas externa e interna, de

